



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE**  
**ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

*PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2023*

*MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2023.*

Registro de Preço para Contratação de empresas para fornecimento de combustível, do tipo gasolina, óleo diesel comum, óleo Diesel S10, aquisição de lubrificantes, filtros e aditivos em geral, para o abastecimento e manutenção da frota de veículos pertencentes a Prefeitura municipal de cumaru do Norte - PA

A Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte - PA, por sua Comissão de Licitação, criada pelo Decreto nº 008/2022 de 12 de janeiro de 2022, em fase de autorização e autuação do **Processo Licitatório nº 048/2023** na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 029/2023**, O presente Pregão eletrônico tem por objeto **Registro de Preço para Contratação de empresas para fornecimento de combustível, do tipo gasolina, óleo diesel comum, óleo Diesel S10, aquisição de lubrificantes, filtros e aditivos em geral, para o abastecimento e manutenção da frota de veículos pertencentes a Prefeitura municipal de cumaru do Norte - PA. Data prevista para abertura das proposta em 15/12/2023.**

Observo que, quantitativo utilizado teve como referência o consumo dos anos anteriores, foi apresentada dotação orçamentaria, justificativa, cotação de preço inclusive com preço local.

Assim, a minuta do edital veio acompanhada de justificativa, planejamento, dotação orçamentaria, autorização para abertura do certame, bem como o prazo para abertura da proposta esta dentro do que prescreve artigo 4º, V, da Lei 10.520/02.

Portanto preenchido os requisitos necessário exigido pela lei de licitações passaremos a observar os demais requisitos, para assim garantir maior lisura no presente certame.

**I - DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE**  
**ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

A modalidade licitatória praticada pelo Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte - PA e sua equipe de apoio, prevista na Lei 8.666/93 e suas alterações, lei 10.520/2002 e decreto Federal 3.555 de 08/08/2000, subsidiariamente, pelas Leis: 8.078/90, 9.784/99, Pregão Eletrônico - cuja modalidade se reveste da formalidade para a sua aplicação em razão do valor do material a ser adquirido.

É o relatório. Passa-se à análise da matéria e do procedimento em comento.

## **II - DO EDITAL.**

Sendo o edital que determina as regras da licitação em comento, obedecidas às normas contidas no art. 40, que estabelece os requisitos a serem obedecidos pela Administração Pública, e publicado o edital com observância das normas de publicidade já referidas no art. 21 do estatuto federal, está a ele vinculado, tanto a Administração pública quanto os interessados, pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, princípio este constitucional essencial, cuja inobservância enseja a nulidade do procedimento, o qual está mencionado no art. 3º da Lei federal 8.666/93, e que, ainda tem o seu sentido explicitado no art. 41 do mesmo diploma federal, segundo o qual, define o estatuto ***“a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”***.

Trata-se o edital de norma síntese de toda principiologia envolvente da licitação pública. Para ele convergem e dela ressaem os princípios da ***isonomia, da moralidade, da publicidade, da impessoalidade, da competitividade, do julgamento objetivo, da adjudicação do objeto do autor resultado mais vantajoso, observando a durabilidade do objeto***. Portanto, estando à administração pública vinculada ao instrumento convocatório deve a ele obedecer aos requisitos de seu conteúdo.

## **III- DA MINUTA DO CONTRATO.**

Os contratos administrativos são regidos, na legislação pátria, pela Lei 8.666/93, lei das licitações públicas, tratando-se de contrato administrativo, o seu objeto, como define MARIA HELENA DINIZ, ***“é o bem público, o serviço público, a utilidade pública ou o interesse público”***, porque um dos sujeitos da relação é a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE**  
**ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

Administração Pública. O Objeto será sempre um bem ou serviço público, devendo estar presente, de forma determinante, o interesse público.

Os contratos regulados pelo Estatuto das Licitações devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definem os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

A regra, no que pertence à execução de contratos administrativos, é a mesma que preside todos os ajustes privados, exigindo o seu exato e fiel cumprimento segundo as cláusulas afetas.

No caso vertente, a minuta do contrato preenche todos os requisitos para a formalização do ajuste final do presente certame, suas cláusulas contemplam os requisitos do art. 55 e seguintes da Lei 8.666/93.

#### **IV - CONCLUSÃO.**

Ocorre que o município de Cumaru do Norte – Pará, é bastante extenso abrangendo uma **área territorial de 17.156,79 km<sup>2</sup>**, conforme fonte do IBGE.

Assim, o município de Cumaru do Norte é bastante extenso, sendo administração pública precisa percorrer uma área que vai, **(Aldeia Gorotire, aldeia Ladeira, Aldeia Corrente, Cumaru do Norte – Sede, Vila Projeto, Aldeia Murupáti, Mata Verde, Aldeia Tempóre, Serra Azul, Vila 490, Vila Brilhante, Vila Romaria, Vila Estrela do Maceio, Vila Estrela do Pará)**, conforme dados do IBGE, **existindo distâncias de até 380km.**

O edital preenche os requisitos do art. 40 e seus incisos, portanto, deve-se dar cumprimento ao art. 21, incisos, II e III, do estatuto federal das licitações públicas para cumprimento do princípio da publicidade, juntando-se comprovante de sua publicação ao processo administrativo, obedecendo-se aos prazos legais estampados no § 2º do art. 21, aplicável ao procedimento em comento.

Diante disso, considerando ainda que tal decisão preserva a competitividade do certame, garante a isonomia e possibilita a obtenção da proposta



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE**  
**ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL**

mais vantajosa para a Administração, e que as ME e EPP terão garantidos os outros benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123, de 2006.

Por fim, **OPINAMOS** pelo prosseguimento do **Processo Licitatório nº 048/2023**, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 029/2023**, por entendermos preenchidos todos os seus requisitos nesta fase.

Da Assessoria Municipal.

Cumaru do Norte, em 29 de Novembro de 2023.

Jose Antônio Teodoro r. Junior  
OAB/PA23.672-b  
Assessor jurídico